

Michael Hardt e Antonio Negri: *Empire*. Harvard University Press, 2000

A esquerda, hoje, tem medo de espelhos. E terá dificuldade em absorver o novo livro de Hardt e Negri que trata da transformação do capitalismo em Império. A epígrafe que esses dois autores escolheram para abri-lo, uma citação de William Morris, é bem significativa: "Os homens lutaram e perderam a batalha, mas aquilo pelo qual eles lutaram surge apesar da derrota; mas, então, não aparenta ter o significado antes pretendido, de tal modo que outros homens têm de lutar pelo que pretendem, sob um novo nome".

Escrito entre o fim da Guerra do Golfo e o começo da guerra em Kosovo, o alentado livro de Hardt e Negri (472 páginas) tem o sentido e a forma de um manifesto. Trata-se de um obra que busca mostrar as novas possibilidades de luta em favor da liberação do trabalho subjugado ao capital, abertas pelo processo de globalização. O seu objetivo explícito vem a ser criar uma nova esperança, mostrando por meio de uma abordagem interdisciplinar – histórica e filosófica, econômica e cultural, antropológica e política – que esta nova esperança tem um fundamento real.

De um ponto de vista histórico, a sua tese principal vem a ser que "o Império está se materializando sob os nossos olhos". À medida que assistíamos nas últimas décadas ao processo acelerado de globalização dos mercados, não percebemos bem que uma nova forma de poder mundial se consolidava. Com o mercado global, emergiu, segundo eles, uma nova forma de soberania, um novo "sujeito político que regula efetivamente as trocas, um poder soberano que governa o mundo".

Nessa nova ordem, a soberania dos estados nacionais foi parcialmente erodida e o capital se libertou em certa medida dos entraves burocráticos impostos pelas legislações do bem-estar. Será que nesse processo as relações de produção se tornaram, também, mais independentes do poder político? Será que as funções de manipulação, dominação e controle dos trabalhadores se tornaram mais frouxas nessa nova ordem? Hardt e Negri respondem a essas duas questões de forma negativa. Eles sugerem, ao contrário, que uma nova forma de soberania está em adiantado processo de formação. Essa forma, chamam-na de Império.

Entretanto, pelo termo "império" não se deve entender o mesmo que imperialismo, nem também uma forma superior de imperialismo. Diferentemente, por "império" deve se compreender a superação de todo e qualquer imperialismo. Este último sempre esteve centrado na soberania de estados nacionais privilegiados, tais como a Inglaterra e os Estados Unidos. E o que está emergindo é justamente o fim desta forma de soberania. O que a substitui é uma forma de poder sem localização ou fronteiras específicas, uma forma de dominação descentrada que flui por todos os espaços do globo impondo uma mesma ordem. Nem mesmo os Estados Unidos, segundo eles, podem ter hoje um projeto imperialista.

Uma estrutura hierárquica de organismos nacionais e supranacionais constitui essa ordem. Entre eles, no topo, estão a ONU e o FMI, evidentemente. Mas essa estrutura contém também outros organismos políticos internacionais, as associações de comércio, as alianças militares supranacionais, etc. Toda uma estrutura que não deixa de fora os exércitos nacionais e as polícias locais e que está unificada sob uma mesma lógica, qual seja a da manutenção da segurança e da paz eterna, que foi finalmente conquistada pelo capital num processo histórico que marca o fim da época moderna.

Nesse processo, segundo Hardt e Negri, a divisão entre primeiro, segundo e terceiro mundo entrou em processo de dissolução. O capital encontra, agora, diante de si, um espaço aberto e sem barreiras que ele mesmo passa a diferenciar segundo as suas estratégias de dominação e a lógica dos lucros, sem respeitar as eventuais idiossincrasias dos poderes nacionais e locais. Essa expansão do capital é acompanhada pela transformação dos processos produtivos e pela mudança dos próprios modos de reproduzir a vida em sua totalidade.

Em suas palavras: "O papel do trabalho fabril e industrial foi reduzido e a prioridade passou, ao invés, para o trabalho afetivo, cooperativo e comunicativo. Na economia pós-moderna global, a criação da riqueza tende cada vez mais para o que chamamos de produção biopolítica, ou seja, para a produção da própria vida, de um modo tal que as dimensões econômica, política e cultural crescentemente se sobrepõem, cada uma delas investindo nas outras". O Império não é, pois, para eles, um rótulo, mas um conceito teórico cujo fundamento está na realidade contemporânea. Império é a soberania sem fronteiras que se impõem ao mundo globalizado.

Em consequência, o Império não é uma força de conquista, mas uma ordem que reclama o fim da história, ou seja, a paralisação de toda transformação que possa perturbar a ordem estabelecida. Os seus lemas são, como assinalou Fukuyama, democracia liberal e economia de mercado. O Império não regula apenas na esfera econômica tradicional, das transações de mercadoria, mas engloba a própria produção da natureza humana. É assim que tudo vai sendo, agora, diante de nossos olhos atônitos, regulado pelas leis do mercado e pelo poder do dinheiro: a família, a religião, a universidade, a política, a cultura. No exato momento em que o discurso ético e moral avulta na política como novidade, tudo está sendo engolido pelo mercado.

Alguns, diante desse imenso poder, não enxergam senão o triunfo dos melhores competidores (o liberalismo vitorioso), outros não conseguem enxergar mais do que a barbárie (a esquerda desenganada). Hardt e Negri, diferentemente, vêem surgirem na passagem da era do imperialismo para a do Império novas possibilidades para as forças da liberação. "As forças criativas da multidão que sustenta o Império" – argumentam eles – "são capazes de construir autonomamente o contra-Império, ou seja, uma organização política alternativa dos fluxos globais e das transações. As lutas para contestar e subverter o Império... já começaram a emergir. Por meio dessas lutas e de outras que virão, a multidão haverá de inventar novas formas democráticas e novo poder constituinte que, um dia, nos levarão para além do Império".

A relação de capital se alastra de um modo abrangente e o Império tem, justamente por isso, a sua fragilidade. A lógica mercantil onipresente – inclusive na esfera da política – não pode contar com as reservas éticas e morais de uma tradição social e cultural (mundo da vida) que ela abafa e destrói aceleradamente. O destino do Império é, pois, afundar na corrupção: nele "a corrupção está em todos os lugares. É a chave e a pedra de toque da dominação. Ela se encontra nas diferentes formas superiores de governo ... e nas transações econômicas diárias".

Hardt e Negri designam por multidão o conjunto de todos os proletários submetidos à lógica da acumulação de capital, onipresente, como vimos, em todas as esferas da vida. Entre os proletários incluem, em consequência, não apenas os trabalhadores industriais (da indústria tradicional e do agribusiness), mas também todos os que contribuem para a

produção dos chamados serviços, em escala global. Como, agora, a produção da vida social como um todo está submetida ao capital, as fronteiras entre o trabalho produtivo e o improdutivo, o material e o imaterial, o corpóreo e o intelectual tornam-se borradas.

O conflito social entre o poder político do Império e a multidão cria, segundo eles, um enorme potencial revolucionário. Concomitante com a consolidação das forças imperiais que submete a reprodução da vida à reprodução do capital, ocorre também um extenso processo de integração da multidão, de seus interesses, de suas aspirações e de suas linguagens. Como não há refúgio para as dores e as dilacerações sob as condições de um mercado total, como a própria vida está ameaçada pelo movimento sem limites do capital, a multidão terá de constituir as forças do contra-Império. Ela terá de construir um novo biopoder.

Hardt e Negri propõem, ademais, um conjunto mínimo de demandas para as lutas sociais: a) cidadania global – fim das restrições ao movimento dos trabalhadores em todo o mundo; b) direito a um salário social, independente da condição de inserção produtiva; c) direito de controle coletivo sobre os meios de produção; d) direito de autodeterminação política em todas as esferas (o que chamam de posse). As formas pelas quais esses direitos vão se materializar dependerá, segundo eles, da capacidade criativa presente, de múltiplas formas, na multidão.

O livro e as teses de Hardt e Negri são desafiadoras e precisam entrar na agenda de discussão de todos aqueles que não se sentem confortáveis com a biopolítica da sociedade atual. Abrem, também, uma agenda de pesquisa e de crítica teórica para os economistas políticos, sob os lemas da audácia, do rigor científico e da criatividade, fora de qualquer disciplina ideológica preestabelecida.